

***Discussão foi encerrada nesta terça revelando críticas e elogios ao texto***

A reunião da comissão mista da medida provisória do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (**[MP 905/19](#)**) será reaberta nesta quarta-feira (11), às 10 horas, para o início da votação do parecer do relator, deputado **[Christino Aureo \(PP-RJ\)](#)**. A discussão da matéria foi encerrada nesta terça-feira (10), revelando críticas e elogios ao texto.

A decisão do presidente do colegiado, senador Sergio Petecão (PSD-AC), de suspender a reunião, em vez de encerrá-la, motivou protestos de deputados e senadores contrários à proposta, que exigiam nova contagem de quórum nesta quarta. Na prática, a suspensão permite que a reunião seja retomada na fase em que estava, limitando o uso do instrumentos regimentais de obstrução dos trabalhos.

Os protestos irritaram Aureo, que chegou a sinalizar que não seria mais cumprido o acordo que prevê a análise de seis destaques apresentados ao texto, mesmo sem amparo regimental, em troca da não obstrução dos trabalhos.

A única emenda acolhida pelo relator durante a discussão foi sugerida pelo vice-presidente da comissão mista, deputado **[Lucas Vergilio \(Solidariedade-GO\)](#)**, e propõe alterações na autoregulação da profissão de corretores de seguros (dispositivo incluído por Aureo).

**Fim de direitos**

Argumentando que reduzir o custo da mão-de-obra com o objetivo de incentivar contratações é uma “lógica perversa”, deputados e senadores do PT, do PSB, do PCdoB, da Rede e do Podemos criticaram o texto. “Essa medida provisória vem para arrebentar de verde amarelo os direitos que restaram dos trabalhadores brasileiros e sobre a justificativa falaciosa de que vem para reduzir o desemprego”, apontou a deputada **[Alice Portugal \(PCdoB-BA\)](#)**.

“Acabo de apresentar voto em separado, porque eu quero chamar o deputado Christino para uma parceria”, anunciou o senador Paulo Paim (PT-RS). “No meu voto, eu faço uma limpeza de todas as maldades e centro fogo exatamente naquilo que o País espera: uma política de emprego e respeito ao microcrédito”, disse.

Também contrário à proposta, o deputado **[Bira do Pindaré \(PSB-MA\)](#)** disse que o desemprego e a crise mundial devem ser combatidos com investimentos públicos e medidas anticíclicas que ativem a economia e gerem empregos. “Isso sim é o que gera empregos, mas não é o que está aqui. Está em pauta a exclusão de direitos. O que é que a reforma trabalhista resolveu para o povo brasileiro? Nada”, disse.

**Modernização**

Favoráveis às mudanças, deputados e senadores do DEM, do PSL e do MDB argumentaram que a medida provisória moderniza as relações de trabalho e atualiza a legislação brasileira para melhor acompanhar a evolução tecnológica e o modelo de outros países.

“Pela extensão não controlada do trabalho informal aqui no Brasil e também pelo avanço das tecnologias da informação, pelo Uber e todas as plataformas digitais e os robôs, as indústrias substituindo 100, 200, 500 homens por robôs. As leis têm que se ajustar ao momento contemporâneo obrigatoriamente, por bem ou por mal”, disse o senador Confúcio Moura (MDB-RO).

A deputada **[Bia Kicis \(PSL-DF\)](#)** disse que a medida provisória vem em boa hora para permitir que jovens sem experiência consigam o primeiro emprego. Ela discorda de que isso se dê a custo de redução de direitos. “É preciso que nós aqui tenhamos essa consciência, deixando para trás velhos paradigmas, que não servem mais”, disse.

Os deputados **[Kim Kataguiri \(DEM-SP\)](#)** e **[Felício Laterça \(PSL-RJ\)](#)** também defenderam a

medida provisória, mas sugeriram mudanças no trecho que prevê novas regras para as gorjetas. “É uma demanda tanto da Abrasel [Associação de Brasileira de Bares e Restaurantes], como do sindicato dos trabalhadores. É inadmissível a gente tributar, seja pelo INSS ou pelo FGTS, ou qualquer outra forma, as gorjetas”, disse Kim, que pretende propor emenda sobre o assunto durante a discussão em Plenário.

**Fonte:** Agência Câmara de Notícias, em 10.03.2020